

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

111 – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO TIPO A

Frase: **Aja agora e veja a transformação.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

TECNOFEUDALISMO

No livro “Sobre a China”, Henry Kissinger elogia Mao Tsé-Tung por ter ordenado seu exército a se manter “comedido e probo” em antiga guerra da China contra a Índia. A vitória sobre posições indianas gerou nova fronteira. Mao determinou a volta ao limite anterior e a devolução dos armamentos pesados retidos. A China usou a força não para conquistar territórios, senão “para obrigar a Índia a voltar à mesa de negociações”. A China de hoje faria o mesmo? E Putin? E Trump? A mídia nos diz que este deseja tomar a Groenlândia, o Canadá e capturar Gaza. E, sem garantir a proteção aos ataques russos, exigiu da Ucrânia US\$ 500 bilhões em terras com minerais raros e 50% da renda gerada pela exploração desses recursos.

Em 2001, o consultor internacional Kenichi Ohmae lançou o livro “O Continente Invisível”. Nele destacou a descoberta e a colonização dos continentes e o advento da internet, “o continente invisível”, que, em seu dizer, seria colonizado, porém, com futuro imprevisível. Após 24 anos, Bolívar Torres, no “O Globo”, comenta o compêndio “Tecnofeudalismo”, de Yanis Varoufakis, ex-ministro das Finanças da Grécia, a ser lançado no Brasil em abril, em que o autor compara as *big techs* a senhores feudais e defende que o capitalismo morreu e foi substituído por algo pior.

Varoufakis afirma que os mercados teriam sido trocados “por plataformas de comércio digital que, na prática, operam como os antigos feudos. Os usuários digitais se tornariam ‘servos’, enquanto os detentores do capital tradicional [...] se limitariam ao papel de ‘vassalos’. E o lucro, motor do capitalismo, teria sido substituído por seu antecessor feudal: a renda. [...] Os usuários não são clientes no sentido clássico, mas servos que geram dados e precisam dessas plataformas para acessar informações, trabalho e serviços essenciais”. Para Arthur Bezerra, também citado por Torres, a influência das *big techs* sobre Trump leva muitos a achar que Elon Musk é o “verdadeiro” chefe de Estado dos EUA. Será o tecnofeudalismo uma das respostas às indagações de Kenichi Ohmae sobre o continente invisível? O futuro dirá.

Tales M. de Sá Cavalcante

1. Atente-se à significação e à função contextual da expressão **em seu dizer**, de modo a assinalar a alternativa correta em se tratando da intenção comunicativa modalizadora do articulista ao utilizá-la no trecho:

“Em 2001, o consultor internacional Kenichi Ohmae lançou o livro “O Continente Invisível”. Nele destacou a descoberta e a colonização dos continentes e o advento da internet, “o continente invisível”, que, **em seu dizer**, seria colonizado, porém, com futuro imprevisível.”

- (A) Deôntica por volição.
- (B) Deôntica por obrigação.
- (C) Epistêmica delimitadora.
- (D) Epistêmica asseverativa.
- (E) Epistêmica quase-asseverativa.

2. No livro “Sobre a China”, Henry Kissinger elogia Mao Tsé-Tung por ter ordenado seu exército a se manter “comedido e **probo**” em antiga guerra da China contra a Índia. **Probo**, nesse contexto, é o mesmo que

- (A) inane.
- (B) solerte.
- (C) argucioso.
- (D) hermético.
- (E) consciencioso.

3. “Em 2001, o consultor internacional Kenichi Ohmae lançou o livro “O Continente Invisível”. Nele destacou a descoberta e a colonização dos continentes e o advento da internet, “o continente invisível”, que, em seu dizer, seria colonizado, **porém**, com futuro imprevisível.

O termo demarcado, no excerto anterior, trata-se de um operador intraparagráfico adversativo, cuja função coesiva é

- (A) sequencial frástica.
- (B) sequencial parafrástica.
- (C) referencial elíptica.
- (D) referencial por pró-forma.
- (E) referencial por forma lexical.

4. “Varoufakis afirma **que**¹ os mercados teriam sido trocados “por plataformas de comércio digital **que**², na prática, operam como os antigos feudos [...]”

Os termos enumerados, no trecho em evidência, desempenham função de

- (A) pronome em 1 e em 2.
- (B) conjunção em 1 e em 2.
- (C) preposição em 1 e em 2.
- (D) conjunção em 1 e de pronome em 2.
- (E) pronome em 1 e de conjunção em 2.

5. A oração destacada, na passagem a seguir, é tipificada como

“Para Arthur Bezerra, também citado por Torres, a influência das *big techs* sobre Trump leva muitos a achar **que Elon Musk é o “verdadeiro” chefe de Estado dos EUA.**”

- (A) subordinada adverbial causal.
- (B) subordinada substantiva subjetiva.
- (C) subordinada adverbial consecutiva.
- (D) subordinada substantiva predicativa.
- (E) subordinada substantiva objetiva direta.

6. A regência verbal trata-se da relação de subordinação entre um verbo e um termo regido ou ainda da independência sintático-semântica de um verbo em relação ao processo de complementação. Partindo desse pressuposto, assinale a alternativa em que se descreve corretamente esse processo linguístico, tendo por base o verbo ressaltado no trecho “A mídia nos **diz** que este deseja tomar a Groenlândia, o Canadá e capturar Gaza.”

- (A) Regência transitiva direta, pois o verbo **dizer**, nesse contexto, é complementado por um objeto direto, a oração subsequente a ele.
- (B) Regência transitiva direta, uma vez que o verbo **dizer** é transitivo e não exige o auxílio de uma preposição para complementá-lo; sendo, dessa forma, o elemento sintático **nos** seu objeto direto.
- (C) Regência intransitiva, em que o verbo **dizer** possui autonomia sintático-semântica, sendo, portanto, a oração posposta a ele apenas um elemento circunstancial e acessório.
- (D) Regência bitransitiva, em que o pronome oblíquo **nos** desempenha a função sintática de objeto indireto do verbo **dizer**, e a oração subsequente ao verbo ressaltado tem função de objeto direto.
- (E) Regência transitiva indireta, porque, sendo o verbo **dizer** transitivo, seu complemento é introduzido por um elemento preposicionado (**que**), o qual liga o verbo realçado ao seu objeto indireto, a oração que o sucede.

7. O título do texto em voga, “**Tecnofeudalismo**”, apresenta um vocábulo composto etimologicamente por

- (A) síncope.
- (B) aférese.
- (C) apócope.
- (D) hibridismo.
- (E) braquissímia.

8. “A China de hoje **faria** o mesmo?”

No contexto em que se insere, a estrutura verbal demarcada indica

- (A) uma ação que ainda não aconteceu no momento da fala.
- (B) uma ação passada que ocorreu antes de outra, também no passado.
- (C) uma ação inacabada, ocorrida no passado, dando ideia de continuidade.
- (D) uma ação que ocorrerá em um futuro próximo, possibilitando que em breve algo irá acontecer.
- (E) uma ação que se refere a algo que poderia ter acontecido posteriormente a uma situação no passado.

9. “E o lucro, motor do capitalismo, teria sido substituído por **seu antecessor feudal¹: a renda².**”

A relação coesiva, respectivamente, entre o termo 1 e o 2, no período entre aspas, é do tipo

- (A) anafórica, pois resgata, de forma remissiva, um termo já citado anteriormente.
- (B) endofórica, estabelecendo uma relação semântica direta entre um termo hipônimo e outro hiperônimo.
- (C) epanofórica, indicando uma repetição semântica de intensidade entre um termo geral e outro mais específico.
- (D) catafórica, porque há a antecipação do referente em relação a um elemento linguístico que ainda será anunciado.
- (E) exóforica, ou seja, a referência apoia-se em uma evidência situacional compartilhada apenas pelos interlocutores do ato comunicativo.

10. Analise a passagem a seguir, a fim de demarcar o item correto a partir da função desempenhada pelo vocábulo ressaltado.

‘Após 24 anos, Bolívar Torres, no “O Globo”, comenta o compêndio “Tecnofeudalismo”, de Yanis Varoufakis, ex-ministro das Finanças da Grécia, a ser lançado no Brasil em abril, em **que** o autor compara as *big techs* a senhores feudais e defende que o capitalismo morreu e foi substituído por algo pior.’

- (A) Sua função é referencial, podendo ainda ser substituído por **onde**, sem infração à norma-padrão.
- (B) Sua função é remissiva e, como seu referente se trata do termo “**Tecnofeudalismo**”, deve ser mantido como conector universal.
- (C) Sua função é remissiva e, como seu referente se trata da locução **em abril**, o paralelismo **em que** foi mantido de forma a respeitar a norma-padrão.
- (D) Sua função é referencial e delimita-se à referência de um termo temporal, podendo ser substituído por **enquanto**, sem prejuízo sintático-semântico à sentença.
- (E) Sua função é referencial e delimita-se à substituição da locução adverbial **no Brasil**, podendo, junto à preposição **em**, ser trocado por **onde**, conectivo de termos locativos.

Raciocínio Lógico Matemático

11. Pedro recebeu seu salário e fez as seguintes transações: primeiro, gastou 25% em impostos. Em seguida, do que restou, investiu 20% em um fundo. Depois, pagou R\$ 600 em contas. Finalmente, do que sobrou, gastou 10% em lazer. Após todas essas transações, Pedro ficou com R\$ 1.620. Determine o valor original do salário de Pedro.

- (A) R\$ 2.000,00.
- (B) R\$ 3.600,00.
- (C) R\$ 4.000,00.
- (D) R\$ 4.500,00.
- (E) R\$ 5.000,00.

12. Em uma sequência de figuras geométricas, cada figura é composta por um número de triângulos. A primeira figura tem 1 triângulo, a segunda tem 3 triângulos, a terceira tem 6 triângulos, a quarta tem 10 triângulos, e assim por diante. Determine quantos triângulos estarão na sexta figura da sequência.

- (A) 16.
- (B) 19.
- (C) 21.
- (D) 23.
- (E) 25.

13. Um terreno tem a forma de um trapézio retângulo, com bases de 15 metros e 21 metros, e altura de 8 metros. Uma cerca será construída ao redor do terreno, mas apenas nos lados não paralelos (as laterais). Calcule o comprimento total da cerca necessária.

- (A) 15 metros.
- (B) 18 metros.
- (C) 21 metros.
- (D) 24 metros.
- (E) 26 metros.

14. Em uma sala de aula, há 9 meninos e 5 meninas. O professor precisa escolher 4 alunos para formar um grupo, mas com a condição de que haja pelo menos 2 meninas no grupo. Determine de quantas maneiras diferentes o professor pode formar esse grupo.

- (A) 230.
- (B) 325.
- (C) 430.
- (D) 455.
- (E) 520.

15. Dados os conjuntos $A = \{2, 4, 6, 8, 10\}$, $B = \{2, 3, 5, 7, 11\}$ e $C = \{4, 5, 6, 7, 8\}$, determine o conjunto $(A \cup B) \cap C$.

- (A) $\{2, 4, 6, 8\}$.
- (B) $\{4, 5, 6, 7, 8\}$.
- (C) $\{2, 4, 6, 7, 8, 10\}$.
- (D) $\{4, 6, 7, 8, 10\}$.
- (E) $\{2, 4, 6, 7\}$.

Informática

16. No Microsoft Excel 2021, diversas funções avançadas permitem automatizar cálculos e manipular grandes volumes de dados de maneira eficiente. Para otimizar o uso de referências dinâmicas e evitar erros em fórmulas, é essencial considerar que

- (A) a função ÍNDICE() no Excel retorna exclusivamente a posição numérica de um valor dentro de um intervalo de dados, sem permitir a extração do próprio valor contido na célula.
- (B) o operador & no Excel é utilizado para realizar operações matemáticas de adição entre valores numéricos em células distintas.
- (C) a função DESLOC() é utilizada para retornar a soma de um intervalo dinâmico de células sem precisar especificar a altura e a largura da área de referência.
- (D) o uso de referências absolutas, indicado pelo símbolo \$, impede qualquer modificação na célula referenciada, mesmo em operações de cópia e colagem para outras células da planilha.
- (E) a função ÍNDICE() pode ser utilizada para retornar o valor contido em uma célula específica de um intervalo de dados, permitindo a combinação com a função CORRESP() para localização dinâmica de valores.

17. No Windows 11, a manipulação de arquivos e pastas foi aprimorada para proporcionar maior eficiência e flexibilidade ao usuário. Considerando as funcionalidades e recursos do sistema, é correto afirmar que

- (A) o Windows 11 permite que um arquivo seja renomeado enquanto estiver em uso por outro programa, garantindo a integridade do sistema.
- (B) a opção “Cortar” e “Colar” pode ser utilizada para mover arquivos entre diferentes diretórios, mantendo a integridade dos dados e evitando a duplicação de arquivos.
- (C) o comando Ctrl + Z pode ser utilizado para desfazer qualquer ação realizada no Explorador de Arquivos, incluindo a recuperação de um arquivo permanentemente excluído da Lixeira.
- (D) a criação de um Ponto de Restauração no Windows 11 permite recuperar versões anteriores de arquivos individuais, independentemente de eles terem sido modificados ou excluídos.
- (E) a funcionalidade OneDrive Backup no Windows 11 impede que qualquer arquivo armazenado na nuvem seja acessado offline, exigindo conexão constante com a internet.

18. Os dispositivos de armazenamento desempenham um papel essencial na retenção, recuperação e proteção de dados em sistemas computacionais modernos. Em relação às tecnologias e características desses dispositivos, é correto afirmar que

- (A) os discos rígidos (HDDs) armazenam dados em células de memória flash, garantindo maior velocidade de acesso e menor latência em comparação aos SSDs.
- (B) a tecnologia NVMe (*Non-Volatile Memory Express*) é utilizada exclusivamente em dispositivos de armazenamento externo, como pen drives e cartões de memória.
- (C) o armazenamento em SSDs baseados em memória NAND Flash apresenta menor tempo de acesso aos dados e maior resistência a impactos físicos do que os HDDs convencionais.
- (D) a implementação da tecnologia RAID 0 aumenta a redundância dos dados ao armazená-los simultaneamente em discos diferentes, garantindo alta disponibilidade em caso de falha de um dos discos.
- (E) o sistema de arquivos NTFS não oferece suporte a permissões de segurança e criptografia de dados, tornando-o inadequado para ambientes empresariais que exigem controle de acesso.

19. Os navegadores web permitem que os usuários acessem páginas na internet, realizem buscas e imprimam conteúdos diretamente da interface. Para garantir um uso eficiente dessas funcionalidades, é essencial compreender que

- (A) o protocolo HTTPS é utilizado exclusivamente para sites governamentais e não pode ser implementado em sites de comércio eletrônico ou redes sociais.
- (B) a barra de endereços de um navegador aceita apenas URLs digitadas manualmente, sem permitir a utilização de mecanismos de busca ou sugestões automáticas.
- (C) a impressão de páginas da web pode ser ajustada diretamente no navegador, permitindo a exclusão de elementos desnecessários, como anúncios e rodapés, dependendo das configurações disponíveis.
- (D) os hiperlinks utilizados em páginas da web podem ser apenas do tipo absoluto, exigindo a especificação completa do endereço do site para redirecionamento.
- (E) o domínio de um site é apenas um identificador visual e não está relacionado ao endereço IP do servidor que hospeda a página acessada.

20. Os princípios básicos da informática abrangem conceitos fundamentais sobre hardware, software e funcionamento dos sistemas computacionais. No contexto da arquitetura e operação dos computadores, é correto afirmar que

- (A) o barramento de dados é responsável pela comunicação entre o processador e os dispositivos de entrada, saída e armazenamento, permitindo a transferência de informações dentro do sistema computacional.
- (B) a memória cache é um tipo de armazenamento não volátil que mantém os dados gravados mesmo após o desligamento do computador, sendo utilizada para preservar informações de uso frequente.
- (C) o sistema operacional é um software que realiza exclusivamente a interação entre o usuário e a interface gráfica, sem influenciar no gerenciamento de hardware ou na execução de processos.
- (D) a unidade de controle da CPU tem a função de executar cálculos matemáticos e operações lógicas, sendo responsável pela realização das operações aritméticas dentro do processador.
- (E) o *firmware* de um computador é um software de alto nível que permite ao usuário instalar aplicativos e realizar operações diretamente no sistema operacional, sem a necessidade de interação com o hardware.

Legislação

21. Regula a Constituição da República Federativa do Brasil que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, independentemente de negociação coletiva; dentre outros.
- (B) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno; dentre outros.
- (C) salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; dentre outros.
- (D) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- (E) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador, nos termos da lei; dentre outros.

22. À luz da CRFB/88, a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto:

- (A) para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; dentre outros.
- (B) para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais da autonomia privada; dentre outros.
- (C) para por termos o grave comprometimento da segurança pública; dentre outros.
- (D) para repelir invasão estrangeira; dentre outros.
- (E) para prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, desde que autorizada pelo STF; dentre outros.

23. A partir das lições emanadas da CFRB/88, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Assim, assinale a alternativa correta.

- (A) Os estados incentivarão a recuperação de terras áridas e cooperarão com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.
- (B) Dependerá de sanção dos prefeitos a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.
- (C) Sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais a que se refere o art. 43, §2º, III (CFRB/88), considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.
- (D) Lei delegada disporá sobre a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.
- (E) Lei complementar disporá sobre isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas.

24. Sabe-se que a Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Dentre outras especificidades, a posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do cargo e nível de classificação é corretamente chamada apenas de:

- (A) nível de classificação.
- (B) plano de carreira.
- (C) padrão de vencimento.
- (D) ambiente organizacional.
- (E) atribuição funcional.

25. Conforme regulado pelo Decreto Federal nº 1.171, de 22/06/1994, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de:

- (A) fiscalizar o recebimento de qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
- (B) orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- (C) interferir no uso de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- (D) coibir o uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- (E) facilitar a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

26. Na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

- (A) contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
- (B) contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.
- (C) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (D) a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (E) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; desde que alinhado com o espectro político da administração pública federal.

27. Vaticina a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- (A) não suportar os danos que provierem da Administração Pública.
- (B) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação com motivo justificado.
- (C) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da administração pública.
- (D) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- (E) não manter a proposta, mesmo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

28. Diploma a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão à seguinte linha de defesa:

- (A) primeira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.
- (B) segunda linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- (C) segunda linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.
- (D) terceira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- (E) segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

29. Aduz a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ser o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, chamado corretamente de:

- (A) Reversão.
- (B) Remoção.
- (C) Trânsito.
- (D) Reinstalação.
- (E) Exoneração.

30. Conforme dispõe a Lei Federal nº 8.112, de 11/12/1990, assinale o item que constitui indenização ao servidor.

- (A) Quinquênio.
- (B) Auxílio-moradia.
- (C) Salário-família.
- (D) Terço de Férias.
- (E) Adicionais.

31. Diz a Carta Magna que a República Federativa do Brasil, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- (A) é garantido ao servidor público militar o direito à livre associação política; dentre outros.
- (B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; dentre outros.
- (C) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; dentre outros.
- (D) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; dentre outros.
- (E) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por mais um ano; dentre outros.

32. Instam as disposições constitucionais gerais da Constituição da República Federativa do Brasil que:

- (A) nos dez primeiros anos da criação de Estado o Governo terá no máximo 15 (quinze) secretarias.
- (B) qualquer Tribunal de Justiça terá, no mínimo, dezessete Desembargadores.
- (C) o Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal.
- (D) a fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério do Comércio Exterior.
- (E) os serviços notariais e de registro serão exercidos em caráter público.

33. Constitucionalmente, compete ao Conselho da República:

- (A) pronunciar-se sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- (B) propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.
- (C) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
- (D) decretar o bloqueio de sinais de rádio, televisão e internet.
- (E) opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos da própria Constituição.

34. Define a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, que no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, observadas as regras da própria lei, pelo que podemos apontar corretamente apenas o arrazoadado em:

- (A) Negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 10 (dias).
- (B) Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União recomendará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na própria Lei.
- (C) O recurso previsto na lei somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos duas autoridades hierarquicamente superiores àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.
- (E) No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, e este, por sua vez, acionar as competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

35. Balizado pela Lei Federal nº 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- (A) Expor os fatos conforme a verdade.
- (B) Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- (C) Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (D) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (E) Agir de modo temerário.

36. Na forma estrita da CFRB/88, temos que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- (A) o voto direto, secreto, universal e periódico.
- (B) o cumprimento das leis e das decisões judiciais, quando confirmadas pelo STF.
- (C) a autonomia das Forças Armadas.
- (D) o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
- (E) a segurança externa do país.

37. Tomando por base o prescrito e regulado pela Lei Federal nº 11.091, de 12/01/2005, temos que caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:

- (A) garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal.
- (B) vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições.
- (C) dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes.
- (D) inovações tecnológicas e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
- (E) reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão.

38. Quanto ao Procedimento Administrativo e do Processo Judicial previstos na Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, marque a alternativa correta.

- (A) Será anulável a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial.
- (B) Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá embargos de declaração.
- (C) A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público não se obriga a defendê-lo judicialmente.
- (D) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá recurso em sentido estrito, nos termos do Código de Processo Penal vigente.
- (E) Para cada ato de improbidade administrativa, deverá necessariamente ser indicado apenas um tipo dentre aqueles previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da própria Lei.

39. Conforme vemos nas disposições penais da Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992, podemos assinalar corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) A aplicação das sanções previstas na lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- (B) A autoridade judicial competente deverá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- (C) Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas serão independentes das sanções aplicadas nos termos da própria Lei.
- (D) A autoridade policial poderá se valer da teoria do fruto da árvore envenenada no sentido de obter provas que permitam esclarecimento das condutas.
- (E) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

40. Na forma da lei federal que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. Dito isso, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.
- (B) Os atos do processo podem realizar-se fora dos dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
- (C) Serão concluídos depois do horário comercial padrão do local os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause danos ao interessado ou à Administração.
- (D) O reconhecimento de firma somente será feito pelo próprio órgão administrativo.
- (E) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://www.facebook.com/turmadamonica/posts/seguran%C3%A7a-em-primeiro-lugar-tiradameianoite/1554525041345621>.
Acesso em: 9 mar. 2025.

O uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) é fundamental para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores em ambientes laborais. O EPI é qualquer dispositivo ou produto de uso individual destinado a proteger o trabalhador contra riscos capazes de ameaçar sua segurança e saúde. Sua importância está diretamente relacionada à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. De acordo com a tirinha que mostra a segurança em primeiro lugar e o texto, é correto afirmar que, cabe à organização, quanto ao EPI

- (A) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado.
- (B) exigir seu uso dentro e fora do trabalho.
- (C) registrar o seu fornecimento ao empregado, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, exceto, por sistema biométrico.
- (D) orientar e treinar o empregado quanto ao uso do EPI, exceto o capacete, pois as instruções já vêm do fabricante.
- (E) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica, com treinamento próprio, pois as informações fornecidas pelo fabricante ou importador nem sempre são confiáveis.

42. O dimensionamento do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) é regulamentado pela Norma Regulamentadora NR-4, que estabelece os critérios para determinar a quantidade de profissionais da área de segurança e saúde no trabalho que uma empresa deve ter. Esse dimensionamento depende do grau de risco da atividade econômica da empresa e do número de empregados na empresa. Sendo assim, uma empresa de grau de risco 1, com 4.000 (quatro mil) trabalhadores, é necessário ter o engenheiro de segurança do trabalho em número de:

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

43. A CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio) é uma comissão formada por representantes dos empregados e do empregador, com o objetivo de promover a segurança e saúde no ambiente de trabalho, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais. Sua criação e funcionamento são regulamentados pela NR-5 (Norma Regulamentadora nº 5), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O seu dimensionamento define o número de membros da CIPA que uma empresa deve ter, com base no número de funcionários e no grau de risco da atividade econômica. Com isso, uma empresa de grau de risco 3, com 7.000 (sete mil) empregados no estabelecimento, o dimensionamento da CIPA terá membros titulares e suplentes respectivamente, em número de:

- (A) 12 e 8.
- (B) 10 e 8.
- (C) 8 e 6.
- (D) 9 e 7.
- (E) 6 e 5.

44. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://www.comudsaber.com.br/mundo-cidadao/direitos-e-deveres/cipa-nas-escolas>.
 Acesso em: 9 mar. 2025.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA tem por objetivo a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e promoção da saúde do trabalhador. A tirinha mostra um membro da CIPA protegendo os trabalhadores da organização e mostrando a sua importância. De acordo com a CIPA das organizações contratadas para prestação de serviços, o texto e a tirinha, é correto afirmar que

- (A) o número total de empregados da organização contratada para prestação de serviços, para efeito de dimensionamento da CIPA centralizada, deve considerar os empregados alcançados por CIPA própria.
- (B) a organização contratada para prestação de serviços, quando desobrigada de constituir CIPA própria, deve nomear um representante da NR-5 para cumprir os seus objetivos se possuir 50 (cinquenta) ou mais empregados no estabelecimento da contratante.
- (C) a organização não é obrigada a garantir a participação dos representantes nomeados da NR-05 nas reuniões da CIPA centralizada.
- (D) a nomeação de representante da NR-05 em estabelecimento onde há empregado membro de CIPA centralizada é obrigatória perante ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).
- (E) a organização contratada está dispensada da constituição da CIPA própria no caso de prestação de serviços a terceiros com até 180 (cento e oitenta) dias de duração.

45. O CA (Certificado de Aprovação) é um documento obrigatório para todos os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) comercializados no Brasil. Ele é emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e atesta que o equipamento atende aos requisitos de qualidade e segurança estabelecidos pela NR-6 (Norma Regulamentadora nº 6). Para que um EPI receba o CA, ele precisa passar por uma série de testes e avaliações que comprovem sua eficácia. Dentre as competências para aprovação do CA, cabe ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho

- (A) emitir ou renovar o CA, apenas os EPIs nacionais, pois os importados já vêm com autorização externa.
- (B) fiscalizar a qualidade do EPI, exceto os cintos de segurança, pois tem legislação específica.
- (C) suspender e cancelar o CA.
- (D) solicitar o recolhimento de amostras de EPI ao órgão nacional/internacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.
- (E) estabelecer os regulamentos para aprovação de EPIs internacionais, sendo facultativo o EPI nacional, pois já vem com as instruções do fabricante.

46. A NR-32 (Norma Regulamentadora nº 32) é uma norma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que estabelece as diretrizes básicas para a segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Seu objetivo é proteger os trabalhadores da área de saúde contra os riscos biológicos, químicos, físicos, ergonômicos e de acidentes presentes nesses ambientes. A NR-32 é aplicável a todos os estabelecimentos de saúde, como hospitais, clínicas, laboratórios, ambulatórios, consultórios médicos e odontológicos, entre outros. De acordo com os diversos conceitos na NR-32, substâncias químicas sintetizadas por organismos, que exercem efeitos biológicos adversos no ser humano, são chamadas de:

- (A) Vetor.
- (B) Toxinas.
- (C) Virulência.
- (D) RDC.
- (E) Príons.

47. O PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) é um programa obrigatório previsto na NR-7 (Norma Regulamentadora nº 7) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ele tem como objetivo promover e preservar a saúde dos trabalhadores, por meio de ações preventivas para identificar precocemente possíveis doenças ou agravos relacionados ao trabalho de acordo com a NR-7, a periodicidade dos exames radiológicos para empregados expostos a poeiras contendo partículas insolúveis ou pouco solúveis de baixa toxicidade e não classificadas de outra forma, é correto afirmar que:

- (A) $LSC > 10\%$ e $\leq 100\%$ LEO, após 10 (dez) anos de exposição.
- (B) LSC (limite superior do intervalo de confiança da média aritmética estimada para uma distribuição lognormal com confiança estatística de 95%) 10% LEO (limite de exposição ocupacional), na admissão.
- (C) $LSC > 10\%$ e $\leq 100\%$ LEO, a critério do engenheiro de segurança do trabalho.
- (D) $LSC > 100\%$ LEO, a cada 08 (oito) anos de exposição.
- (E) $LSC > 100\%$ LEO, na demissão.

48. O acidente de trabalho (AT) pode ser considerado uma das possíveis perdas dos ativos intangíveis de um processo de trabalho, cuja gestão da produção apresenta falhas de concepção e de funcionamento. Os acidentes de trabalho são eventos antigos, porém o seu estudo pela Higiene e Segurança do Trabalho (HST) somente ganhou importância na sociedade após a Revolução Industrial, devido à necessidade de regulamentar as condições de trabalho e com isso prevenir a ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais. Diversas áreas de conhecimentos técnico-científicos vêm contribuindo, ao longo dos últimos séculos, para o entendimento destes fenômenos, com teorias baseadas nas ciências da saúde, humanas e sociais, entre outras. Além da morte e do sofrimento para o trabalhador e sua família, problemas ainda pouco estudados, como os acidentes de trabalho, têm reflexos socioambientais, econômicos e políticos para toda a sociedade e para os países. Por isso torna-se necessário à sua prevenção e/ou controle, através da gestão da segurança e saúde do trabalhador. Para isso existem ferramentas gerenciais com indicadores ativos e passivos, para auxiliar no planejamento e controle das condições de trabalho, como a(o):

- (A) Matemática.
- (B) Física.
- (C) Meio ambiente.
- (D) Estatística.
- (E) Química.

49. É um método dedutivo que visa determinar a probabilidade de ocorrência de determinados eventos finais. Busca-se construir uma malha de fracassos que culmina em um determinado evento final. Para isso, são atribuídas taxas de fracasso para cada item que compõe, chegando-se então à probabilidade final, através da lógica do tipo e/ou do uso da álgebra booleana. O texto trata da:

- (A) Árvore de falhas.
- (B) Técnica do incidente crítico.
- (C) Análise preliminar de riscos.
- (D) Matriz de riscos.
- (E) Análise de consequências.

50. É um ramo especializado do desenho, caracterizado pela sua normatização e pela apropriação que faz das regras da geometria descritiva. Tal forma de desenho é utilizada como base para a atividade projetual em disciplinas como a arquitetura, o design e a engenharia. É a ferramenta mais importante em um projeto, por ser o meio de comunicação entre quem projeta e quem fabrica. Nele constam todas as informações referentes ao projeto. O texto trata do(a):

- (A) EPS.
- (B) Linha contínua.
- (C) Linha tracejada.
- (D) Desenho técnico.
- (E) Software AUTOCAD.

51. O Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT) é definido e estabelecido pela NR-18 de acordo com as seguintes normas de adoção, elaboração e implementação: são obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da norma regulamentadora pertinente e outros dispositivos complementares de segurança. O documento que integra o PCMAT é o(a):

- (A) Projeto de execução das proteções coletivas em conformidade com as etapas da execução da obra, exceto o canteiro de obras.
- (B) Especificação técnica das proteções coletivas a serem utilizadas apenas, pois as individuais tem legislação própria.
- (C) Layout inicial e atualizado do canteiro de obras e/ou frente ao trabalho, excluindo a previsão do dimensionamento das áreas de vivência.
- (D) Programa educativo contemplando a temática de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, sem carga horária definida.
- (E) Memorial sobre condições e meio ambiente de trabalho nas atividades e operações, levando-se em consideração riscos de acidentes e de doenças do trabalho e suas respectivas medidas preventivas.

52. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/3460/sindicato-abre-inscricoes-para-o-curso-de-cipa>.
Acesso em: 10 mar. 2025.

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e as políticas de prevenção ao assédio são fundamentais para promover um ambiente de trabalho seguro, saudável e respeitoso. Ambas as iniciativas visam proteger os direitos dos trabalhadores, prevenir acidentes e combater comportamentos inadequados, como assédio moral e sexual. A implementação de uma CIPA atuante e de políticas robustas contra o assédio contribui para um ambiente de trabalho mais seguro, justo e produtivo, beneficiando tanto os colaboradores quanto a empresa. A tirinha mostra um membro da CIPA mostrando cuidados que podem evitar acidentes de trabalho. De acordo com os membros da CIPA, é função do presidente e vice-presidente em conjunto:

- (A) Coordenar e supervisionar as atividades da CIPA até 70 (setenta) trabalhadores, zelando para que os objetivos propostos sejam alcançados. Acima deste número é função exclusiva do presidente.
- (B) Coordenar as reuniões, encaminhando à organização e ao SESMT, quando houver, as decisões da comissão.
- (C) Divulgar as decisões da CIPA a todos os trabalhadores do estabelecimento.
- (D) Convocar os membros para as reuniões.
- (E) Indicar membro da CIPA para compor a comissão em caso de vacância.

53. Sistema de proteção por hidrantes é um conjunto de canalizações, abastecimento de água, válvulas ou registros para manobras, hidrantes (tomadas de água) e mangueiras de incêndio, com esguichos, equipamentos auxiliares, meios de aviso e alarme. Constitui-se no preventivo fixo mais utilizado (obrigatório para edificações com área construída superior a 750 m²) na prevenção de incêndios. Os hidrantes devem ser constituídos de uma tomada d'água munida de um dispositivo de manobra cuja altura sobre o nível do piso não deve ultrapassar, em metros:

- (A) 1,55.
- (B) 1,60.
- (C) 1,50.
- (D) 1,70.
- (E) 1,75.

54. O registro do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) é um processo obrigatório para empresas que possuem funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O SESMT é responsável por promover a saúde e segurança dos trabalhadores, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora NR-4. O registro deve ser feito no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e é essencial para garantir a conformidade com as normas de segurança do trabalho. A organização deve informar e manter atualizados os seguintes dados, conforme

- (A) qualificação e o CEP dos profissionais.
- (B) grau de risco estabelecido, conforme legislação e seus subitens e o número de trabalhadores atendidos, em no máximo 50 (cinquenta), por estabelecimento.
- (C) número de Cadastro de Pessoa Física – CPF dos profissionais integrantes do SESMT.
- (D) horário de trabalho dos profissionais do SESMT e da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio, obedecendo o horário dos trabalhadores da escala 6x1 apenas, conforme legislação trabalhista.
- (E) número de dependentes até terceiro grau do empregado.

55. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://roserextintores.com.br>.
Acesso em: 10 mar. 2025.

Os Sistemas de Assessoria de Incêndio são conjuntos de ferramentas, procedimentos e suportes técnicos que auxiliam no treinamento, organização e atuação destas assessorias de incêndio em empresas e instituições. Esses sistemas visam garantir que os membros estejam preparados para prevenir e combater incêndios, além de agir em situações de emergência. Conforme a tirinha, o grupo organizado, formado por pessoas voluntárias ou indicadas, treinado e capacitado para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área, prevenção de acidentes e primeiros socorros, dentro de uma área preestabelecida na edificação, planta ou evento é chamado de:

- (A) Brigada de emergência.
- (B) Comando unificado do incidente.
- (C) Sistema de comando de incidentes.
- (D) Equipe multidisciplinar.
- (E) Grupo de apoio permanente.

56. O capacete de segurança para uso ocupacional é um Equipamento de Proteção Individual (EPI) essencial para proteger a cabeça dos trabalhadores contra impactos, quedas de objetos, choques elétricos e outros riscos presentes no ambiente de trabalho. Seu uso é obrigatório em diversas atividades, conforme estabelecido pela NR-6 (Norma Regulamentadora nº 6) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O capacete deve atender a normas técnicas específicas para garantir sua eficácia. O certificado de conformidade do EPI tipo capacete de segurança para uso ocupacional avaliado no modelo de certificação 5 terá prazo de validade, em anos, de:

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 3.

57. A segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde são áreas fundamentais para garantir a proteção dos trabalhadores e, conseqüentemente, a qualidade do atendimento aos pacientes. O ambiente de trabalho nos serviços de saúde, como hospitais, clínicas, e outros estabelecimentos, envolve riscos específicos que exigem cuidados especiais para garantir a saúde física e mental dos profissionais. De acordo com os conceitos da segurança e saúde no trabalho, a entidade constituída especificamente com vistas à execução e manutenção do plano de radioproteção de uma instalação, cuja designação não tem caráter obrigatório, servindo simplesmente como referência é denominada serviço de:

- (A) Medicina nuclear.
- (B) Radioagnóstico médico.
- (C) Radioagnóstico odontológico.
- (D) Proteção radiológica.
- (E) Radioterapia.

58. Observe a tirinha abaixo:



Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/854558098062439561>.
 Acesso em: 12 mar. 2025.

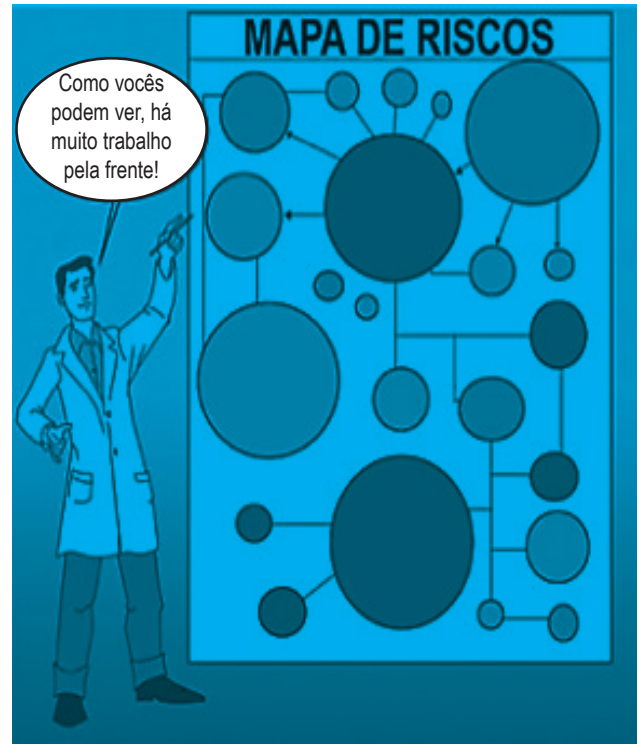
O uso correto do EPI (Equipamento de Proteção Individual) é fundamental para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais. O EPI é qualquer dispositivo ou produto de uso individual destinado a proteger o trabalhador contra riscos capazes de ameaçar sua segurança e saúde. O uso adequado do EPI é regulamentado pela NR-6 (Norma Regulamentadora nº 6) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De acordo com a tirinha, o EPI marcado com a letra "X" é a(o):

- (A) Proteção do tronco.
- (B) Cinto de segurança.
- (C) Proteção dos membros inferiores.
- (D) Perneira.
- (E) Proteção do corpo inteiro.

59. O PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) é uma exigência da Norma Regulamentadora 7 (NR-7), estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e tem como objetivo a promoção e a preservação da saúde dos trabalhadores. Esse programa é obrigatório para todas as empresas que possuam empregados regidos pela CLT, independentemente do porte ou ramo de atividade. De acordo com a norma regulamentadora citada, o tempo em que o trabalhador permanece sob condição hiperbárica, excluindo-se o tempo de descompressão que na atividade de mergulho é chamado "tempo de fundo", também é chamado de:

- (A) Pressão máxima de trabalho.
- (B) Período de trabalho.
- (C) Trabalhos sob ar comprimido.
- (D) Eclusa de pessoal.
- (E) Câmara de superfície.

60. Considera-se como riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos, além de riscos ergonômicos e riscos de acidentes, existentes nos locais de trabalho e que venham a causar danos à saúde dos trabalhadores. Com isso, observe a figura abaixo:



Fonte: CIPA - Guia Prático de Segurança do Trabalho, 2011.

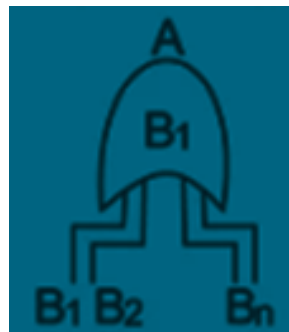
A figura mostra os vários tipos de riscos, bem como o que é definido como qualquer movimento que o corpo executa em torno de um ponto fixo. Esse movimento pode ser regular, do tipo senoidal, ou irregular, quando não segue um padrão determinado, qual é chamado de:

- (A) Ruído.
- (B) Radiação ionizante.
- (C) Radiação não-ionizante.
- (D) Pressão anormal.
- (E) Vibração.

61. A estatística é uma ferramenta essencial para a Segurança do Trabalho, pois permite coletar, organizar, analisar e interpretar dados relacionados a acidentes, doenças ocupacionais e fatores de risco. Com base nesses dados, as empresas podem tomar decisões estratégicas para reduzir riscos e melhorar as condições de trabalho. O conjunto de técnicas utilizadas para atenuar o efeito de *outliers* e preservar a forma de uma distribuição tão aderente quanto possível aos dados empíricos é a estatística:

- (A) Inferencial.
- (B) EPS.
- (C) Robusta.
- (D) Para a matemática aplicada.
- (E) Para a física aplicada.

62. A simbologia lógica de uma árvore de falha é mostrada na figura abaixo e é apresentada uma noção de álgebra booleana. O símbolo demonstrado na figura é:



- (A) O evento que normalmente ocorre, a menos que se provoque uma falha.
- (B) O módulo ou porta OR (OU).
- (C) O módulo ou porta AND (E).
- (D) Um evento, usualmente um mal funcionamento, descrito em termos de conjuntos ou componentes específicos. Falha primária de um ramo ou série.
- (E) O módulo ou porta de inibição. Permite aplicar uma condição ou restrição à sequência. A entrada do input e a condição do output.

63. O desenho técnico é uma forma de representação gráfica utilizada para transmitir informações precisas sobre objetos, estruturas, máquinas ou projetos. Ele é essencial em áreas como engenharia, arquitetura, design industrial e construção civil, pois permite a visualização e interpretação de projetos de maneira clara e padronizada. O projeto que corresponde ao conjunto de desenhos que é encaminhado aos órgãos públicos de fiscalização de edifícios, possui algumas regras próprias de apresentação, variando de uma cidade para outra. Para este projeto, costuma-se trabalhar nas mesmas escalas do anteprojeto. O texto trata do:

- (A) Estudo preliminar.
- (B) Anteprojeto.
- (C) Projeto básico.
- (D) Projeto legal ou projeto de licenciamento.
- (E) Projeto executivo.

64. De acordo com a NR-32, o conjunto de ações sistemáticas e planejadas visando garantir a confiabilidade adequada quanto ao funcionamento de uma estrutura, sistema, componentes ou procedimentos, de acordo com um padrão aprovado. Em radiodiagnóstico, estas ações devem resultar na produção continuada de imagens de alta qualidade com o mínimo de exposição para os pacientes e operadores é o(a):

- (A) Princípio de otimização.
- (B) Monitoração radiológica.
- (C) Incorporação.
- (D) Programa de garantia da qualidade.
- (E) Exposição de rotina.

65. A análise de riscos é um processo fundamental para a elaboração de normas e procedimentos de segurança no trabalho. Ela permite identificar, avaliar e controlar os riscos presentes no ambiente laboral, garantindo a proteção dos trabalhadores e a conformidade com as normas regulamentadoras (NRs) e outras legislações. A análise de riscos é a base para a criação de procedimentos seguros e eficazes. De acordo com os conceitos para a análise de riscos, a busca de verificar os efeitos da combinação de duas variáveis, cujo exemplo clássico de sua utilização é o das reações químicas, avaliando-se os efeitos da mistura acidental de duas substâncias existentes, qual é denominado (a):

- (A) Técnica do incidente crítico.
- (B) Análise preliminar de riscos.
- (C) Análise de árvore de falhas.
- (D) Análise "What-If?"
- (E) Matriz de riscos.